



Estado de Alagoas  
Assembleia Legislativa Estadual  
Gabinete do Deputado Galba Novaes

PARECER Nº 731 /2017

**DA 2ª COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.**

**Processo Nº: 002462/15**

**RELATOR: Deputado Galba Novaes**

Trata-se de Projeto de Lei de Iniciativa da Deputada Jó Pereira, de número PL 163/2015, que cria o procedimento de notificação compulsória da violência contra a mulher no âmbito do estado de Alagoas e dá outras providências.

O presente projeto foi submetido à análise da 2ª Comissão Parlamentar, de Constituição, Justiça e Redação, para elaboração de parecer.

Em continuidade ao processo legislativo, uma vez decorrido o prazo regimental, foi a proposição encaminhada a esta Comissão de Constituição e Justiça, para análise de seus aspectos constitucional, legal e jurídico, nos termos do disposto pelo artigo 124, I do Regimento Interno consolidado da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas.

Constata-se que a medida é de natureza legislativa e de iniciativa concorrente, em obediência aos ditames do Art. 86 *caput* da Constituição do Estado de Alagoas *in verbis*:

*"Art. 86. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Contas, ao Procurador-Geral de Justiça, ao Defensor Público-Geral do Estado e aos cidadãos, na forma prevista nesta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32/2007.)"*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

O Projeto de Lei Ordinária relatado pretende tornar compulsória notificação de violência contra a mulher atendida em estabelecimentos e serviços de saúde públicos e privados no Estado de Alagoas.

É importante ressaltar que as medidas propostas na matéria constituem assunto de caráter administrativo, afeto às autoridades administrativas da União, Estados e Municípios, as quais, em consonância com os princípios do acesso universal e igualitário ao SUS, e no exercício da direção única do sistema, estão em melhor condição para avaliar e configurar as ações de saúde pertinentes em determinado momento.

Ou seja, o projeto, ao preconizar a realização de determinadas ações pelo Poder Público, no caso ações a serem ensejadas pelos serviços de saúde públicos, sobrepõe-se às atribuições dos órgãos administrativos responsáveis e, em última análise, às atribuições do próprio Governador, expressa no inciso VI do artigo 107 da Constituição do Estado, vulnerando assim o princípio constitucional que consagra a harmonia e a independência dos Poderes.

Em outro prisma, o projeto, ao preconizar ações a serem realizadas, dispõe evidentemente, como não poderia deixar de ser, sobre organização e atribuições de órgão público, ou seja organização administrativa do estado, matéria esta que constitui assunto de competência privativa do Chefe do Poder Executivo, nos termos do artigo 86, § 1º, inciso II, "b", da Constituição Estadual, *"in verbis"*:

*"Art. 86.*

*...*

*§ 1º São de iniciativa privada do Governador do Estado as leis que:*

*II – disponham sobre:*

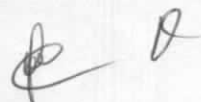

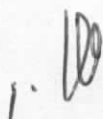
*b) organização administrativa, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal de administração do Poder Executivo;*

## CONCLUSÃO

No que nos compete examinar, verificamos que as formalidades não foram atendidas, havendo óbice à tramitação normal da presente proposição.

Diante dos fundamentos baseados na inconstitucionalidade e antijuridicidade, entendo que existe óbice na aprovação do referido Projeto de Lei Ordinária nº 163/2015, destarte somos de parecer desfavorável à sua aprovação.

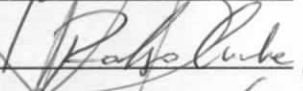
É o parecer.



SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO JOSÉ DE MEDEIROS TAVARES DA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL, em Maceió,  
12 de fevereiro de 2017.

  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE (contra)

  
\_\_\_\_\_  
RELATOR GALBA NOVAES

  
\_\_\_\_\_  
Galba Novaes (contra)

  
\_\_\_\_\_  
Galba Novaes (contra)